



Aprovado por unanimidade, com
ausência do GP BE, na reunião do dia
06.09.2022

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

Assembleia da República, 23 de agosto de 2022

Assunto: Audição de diversas entidades a propósito do pedido de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM) Nacional para um complexo recifal na área marítima ao largo da Comporta

Terminou hoje, 23 de agosto de 2022, a consulta pública sobre o pedido de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM) Nacional para o desenvolvimento de um projeto-piloto para instalação de um complexo recifal com cerca de 10.000 m², na área marítima ao largo da Comporta, no município de Grândola, que se pode vir a estender até os 52 Km².

Nesta região exercem actividade diversas embarcações de pesca local e costeira, utilizando diferentes artes, com destaque para as associadas à pesca polivalente. Em finais de 2021 encontravam-se registadas, respetivamente, nos portos de Sesimbra, Setúbal e Sines, 483, 405 e 145 embarcações com motor, 145, 266 e 83 embarcações sem motor e 480, 463 e 156 pescadores no segmento da pesca polivalente.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Estes elementos evidenciam a importância que a actividade piscatória detém nesta região, sendo que dela depende o emprego e rendimento de centenas de pescadores e suas famílias.

O exercício da pesca na região em que se insere o pedido em causa e onde se pretende desenvolver o Projeto de instalação de um complexo recifal, encontra-se já profundamente afectado pelas restrições impostas a esta actividade, sobretudo, no Parque Marinho Luiz Saldanha, mas também no Parque Marinho do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina.

Neste sentido, a imposição de novas restrições à actividade piscatória nesta região, podem ter sérias repercussões económicas e sociais nas comunidades que dela dependem, não se conhecendo quaisquer estudos, realizados pelo proponente ou pelas entidades públicas que avaliam e atribuem os TUPEM, sobre os impactos que um projeto desta natureza induzirá, nem que medidas estarão previstas para evitar tais impactos.

Esta é uma questão de elevada relevância ainda mais que na apresentação do Projecto é considerada a atividade profissional da pesca e a apanha de outros recursos marinhos vivos, como um fator de ameaça presente na área da Comporta, pondo desde logo em causa uma actividade pré-existente na região e da qual dependem centenas de famílias.

É preciso muita cautela, quando se pretende introduzir novas actividades económicas, neste caso de carácter turístico, de forma a assegurar que as mesmas não inviabilizam a vida das actuais populações e comunidades, aí presentes.

É fundamental garantir que não são postas em causa actividades tão importantes como são as do sector primário, em particular a pesca, cuja afectação trará, certamente, prejuízos económicos, sociais e culturais muito superiores aos eventuais lucros que uma nova actividade possa assegurar àqueles que agora se candidatam a explorar um recurso público.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Neste âmbito vem o Grupo Parlamentar do PCP requerer a realização, com carácter de urgência, de uma Audição sobre a avaliação do pedido de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM) Nacional para o desenvolvimento de um projeto para instalação de um complexo recifal ao largo da Comporta, considerando as seguintes entidades:

- Secretária de Estado das Pescas;
- Director da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);

Para além das entidades acima identificadas, o Grupo Parlamentar do PCP solicita ainda que seja enviado convite para serem ouvidas no âmbito deste processo, as seguintes entidades:

- Associações de Profissionais da Pesca de Setúbal, Sesimbra, Sines e da Região da Comporta.
- Câmaras Municipais de Grândola, Sesimbra, Setúbal e Sines.

O Deputado

João Dias

N/Ref. nº 70246-029/INPA-GPPCP/XV-1